

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A POLÍTICA PARAIBANA NAS DÉCADAS DE 1940 A 1950.

Ionara Pereira Cavalcanti¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir os resultados parciais da pesquisa que realizamos sobre a política paraibana nas décadas de 1940 a 1950, como forma de contextualizar as representações sobre a liderança política de Nelson Lacerda de Oliveira, na cidade de São José de Piranhas - PB, nesse momento histórico. A pesquisa vem sendo realizada por meio de fontes escritas, de autores regionais, fazendo uso da história oral, através de entrevistas com pessoas que estiveram relacionadas a Nelson Lacerda. Consideraremos o discurso da redemocratização, que de certa forma, significou importante abertura no campo político e partidário do país, e se concretizou com a realização de eleições diretas (determinada pela Carta Constitucional de 1946). De acordo com essa compreensão analisaremos as eleições realizadas na Paraíba em 1947, as quais se dividiram em três: uma geral, uma suplementar e uma municipal. Portanto, o nosso objetivo é problematizar as relações de poder que permearam os partidos políticos da Paraíba naquele momento histórico e a situação partidária do referido político no período que antecedeu as eleições de 1947 quando o mesmo foi eleito prefeito de São José de Piranhas - PB.

PALAVRAS-CHAVES: Política paraibana, redemocratização, partidos políticos.

Contextualização sobre a política paraibana nas décadas de 1940 a 1950.

O tema proposto tem por objetivo analisar as relações de poder e os partidos políticos na Paraíba, de 1940 a 1950. Esse período corresponde ao término da Segunda Guerra Mundial e a queda do Estado Novo que ocorreu em 1945, os quais ocasionaram transformações importantes no que se refere à economia, ao meio social e a política.

Nessa perspectiva, pretendo enfatizar os partidos políticos vigentes na época, suas formações e seus significados para, a partir dessas informações analisarei, de forma específica, os partidos atuantes na cidade de São José de Piranhas nesse período histórico.

A minha problematização se dá no campo da História Política na perspectiva analítica da chamada nova história, tendo como embasamento teórico os artigos: “A nova “velha história”: o retorno da história política” de Marieta de Moraes Ferreira e “História Política, Discurso e Imaginário: Aspecto de uma Interface” de José D’Assunção Barros.

Compreendendo que a História Política está relacionada com a renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica, renovação esta, que está atrelada ao Movimento dos *Annales*, e as crítica operacionalizadas as abordagens “tradicionais” realizadas pela História

¹ Graduanda em História da UFCG. E-mail: cavalcantionara@hotmail.com

Política, que surgem com a Revista *d'Histoire Économique et Soliale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929.

A história política era a antítese dessa nova proposta, pois estava voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da história dita *évènementielle*. Ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras (FERREIRA, 1992, p. 01).

A partir dessa compreensão, penso a História Política como resultado:

(...) das transformações sociais mais amplas, que facilitam a volta do prestígio no campo político e a dinâmica interna da pesquisa histórica. As profundas críticas feitas a História Política acabaram estimulando reflexões que fizeram os historiadores políticos retomarem e redescobrirem as mais importantes contribuições de historiadores do passado que conjugavam dessa mesma vertente “(BASTOS, s.d, p. 4).

Neste sentido, problematizarei as mudanças que ocorreram na política brasileira com o processo de redemocratização, que ocorreu em 1945, com o fim do [Estado Novo](#)(1937-45), golpe militar implementado pelo governo de Getúlio Vargas e no momento em que foram implantados novos partidos políticos e reformulados alguns já existentes, não só no âmbito nacional, mas, também nos estados.

No caso da Paraíba, após a chamada ditadura do Estado Novo, dois partidos, considerados muito importantes, habilitaram-se ao controle do Estado. Foram eles: UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático), que tinham como lideranças Argemiro de Figueiredo, José Américo de Almeida e Ruy Carneiro. Durante esse processo, outros partidos políticos também foram atuantes: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PSP (Partido Social Progressista), o PDC (Partido Democrático Cristão) e o PPS (Partido Popular Sindicalista), ainda que se considerassem no controle político-administrativo do estado. Tais partidos se consolidaram da seguinte forma:

O PSD nasceu logo após a queda da ditadura de Vargas. Era constituído por representantes da burguesia industrial e comercial e era chefiado na Paraíba pelo interventor Ruy Carneiro. A UDN se formou nos embates políticos contra a ditadura de Vargas e era ligada à burguesia algodoeira e exportadora de base rural. Na Paraíba, era comandado pelos dois maiores líderes, José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo. O PTB era representado por getulistas, tendo como base de apoio comerciantes, funcionários públicos, bancários etc.

O PSB era constituído, em sua maioria, por profissionais liberais. O PSP estava sob liderança de Adhemar de Barros. O PCB era constituído pelos opositores à ditadura de Vargas, sendo comandado, na Paraíba, pelo advogado João Santa Cruz (VIEIRA, 2006, p. 37-38).

O processo de redemocratização do país que se iniciou em 1945 que segundo Deusdedit Leitão (1985) completou-se com as eleições municipais em 12 de outubro de 1947. De acordo com José Marconi Vieira (2008) esse processo significou uma importante abertura no campo político-partidário, com essas eleições citadas acima, que foram determinadas pela Carta Constitucional de 1946.

Durante esse período que foram realizadas três eleições na Paraíba, uma geral; uma suplementar e uma municipal. As principais foram realizadas em 19 de janeiro de 1947, para Governador, Senador, Suplente de Senado e Deputado Estadual, nessas eleições o governador eleito na Paraíba foi o senhor Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, tendo como vice-governador o senhor José Targino do partido UDN (União Democrática Nacional).

Nesse contexto, analisarei os partidos políticos na cidade de São José de Piranhas, onde Nelson Lacerda foi eleito em 1947 pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Segundo Deusdedit Leitão Nelson Lacerda conseguiu uma vitória (surpreendendo a todos) que era considerado impossível pelo fato de que ele entrou na disputa contra Malaquias Gomes Barbosa filiado ao UDN, que segundo o autor, era considerado, por todos, o grande benfeitor da cidade.

Nelson Lacerda de Oliveira foi candidato a prefeito pela primeira vez nas eleições em 1947, pelo PTB, sem nenhuma experiência política, mas tinha o seu favor a circunstância de ser filho do grande líder político local e ex-prefeito Antonio Lacerda Leite, [...]. O resultado da eleição foi surpreendido com a vitória de Nelson Lacerda, que obteve 684 votos, ou seja, 52,74% dos votos válidas, contra 613, isto é, 47,26 dos votos extraídos pelo Major Malaquias Gomes Barbosa, grande favorito para ganhar aquelas eleições (VIEIRA, 2008, p.57).

A eleição de Nelson Lacerda nestas circunstâncias nos levou a problematizar sua vida em seu apogeu político, buscando entender o que o influenciou sua formação política, levando em consideração que Lacerda era uma figura política e que acima de tudo possuía seus objetivos, seus propósitos e suas escolhas.

Nelson Lacerda de Oliveira, filho do senhor Antônio Lacerda de Oliveira e da senhora Maria Lacerda de Oliveira. Nascido em 22 de Outubro de 1922 no sítio Currais, município de São José de Piranhas. Terminou o curso ginásial no Salesiano, atual Colégio Diocesano Padre Rolim em Cajazeiras. Antes de se tornar político era boêmio e encantava a todos com sua voz, quando fazia serenata. Casou-se em 1946 com Maria Cavalcanti, com quem teve quatro filhos, sendo eles: Antônio Lacerda Cavalcanti, Jimena Lacerda Cavalcanti, Nelma Lacerda Cavalcanti e Maria Auxiliadora Cavalcanti. Ele ingressou na política aos 25 anos por influencia do seu pai, considerado um saudoso líder local e ex-prefeito municipal. Ele também teve grande apoio da família Cavalcanti e de lideranças políticas locais, como por exemplo, o ex-prefeito Antônio Andrade Neto.

Hoje se tem relatos de que no governo de Nelson Lacerda houve um elevado número de obras realizadas por ele, as quais se podem destacar a construção do asfalto da PB 400, estrada que liga São José de Piranhas a Cajazeiras. Esse relato Nelson Lacerda deixa bem claro em uma entrevista dada ao Jornal Piranhence em Junho de 2004, quando ele (o próprio Nelson) afirma que o interesse de construir essa rodovia se deu pelo fato de que na época não tinha na cidade nenhum veículo se quer. Outra obra relevante foi à construção de grupos escolares espalhados por todo o município, em especial o Colégio Duque de Caxias, existente até hoje, porém com o nome de Dondon Palitot.

Deve salientar ainda que o presidente da época Getulio Vargas, foi um grande contribuinte para a construção de algumas dessas obras, o qual, junto ao Governador atuante da época Osvaldo Trigueiro deu sua contribuição através de verbas advindas do governo. Outra obra relevante realizada por ele enquanto prefeito foi à construção da praça pública da cidade, a qual tinha o nome do presidente Getúlio Vargas e que através de uma votação tida na câmara municipal de São José de Piranhas em 2010 a praça passou a se chamar “Praça Nelson Lacerda de Oliveira” em homenagem a seu construtor.

Tem-se conhecimento ainda de que o autor dessa pesquisa teve sua candidatura lançada em outra eleição. Vieira afirma que:

Nelson Lacerda de Oliveira, após o término de seu mandato, só voltou a disputar uma nova eleição no município para prefeito em 1968, quando vigorava o regime militar, implantado desde 1964. Nesse ano, concorreu pela ARENA 1 (Aliança Renovadora Nacional), partido que apoiava o regime vigente, contra o então candidato Luiz Gonzaga de Oliveira, do partido, MDB1 (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao regime militar. Nelson Lacerda de Oliveira perdeu a eleição daquele ano, afastando-se definitivamente da política (VIEIRA, 2006, p. 53).

Analisando o pensamento de Vieira percebe-se que Nelson Lacerda em sua segunda candidatura a prefeito municipal não teve o mesmo sucesso que a anterior. Esse fato nos leva a pensar em problemáticas como: o que levou a população a não querer o retorno de Nelson Lacerda ao poder? Será que foi pelo fato de que seu partido teria apoiado o regime vigente? Ou mesmo porque a atuação do atual prefeito e candidato a reeleição teve mais relevâncias sociais?

Tais questões serão trabalhadas na minha monografia como forma de aprofundar esse debate.

Considerações finais

Levando em consideração que esse trabalho de pesquisa será o primeiro que vem tratar exclusivamente da atuação política de Nelson Lacerda e suas implicações políticas e sócio-culturais, tem ai um problema a ser enfrentado que atinge as referências bibliográficas do projeto e suas fontes de pesquisa. Assim faz-se necessário buscar novas fontes que possam dar subsídios e preencher essas lacunas com informações relativamente esclarecedoras para problemas que surgirão no decorrer da pesquisa. Essas novas fontes podem ser: relatos orais de pessoas que presenciaram Nelson Lacerda de Oliveira em seu tempo de poder, e também jornais que contenham informações sobre o mesmo. Salientando que outras fontes poderão surgir durante a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO. Janaina, FERREIRA, Marieta de Moraes. Coordenadoras. Usos & abusos da história oral. 3ª edição. Rio de Janeiro. FGV, 2000. P.P, 167-191.

BASTOS. Débora. A trajetória de Domingos Antônio de Sousa Coutinho: o conde de Funchal (1760-1833), s.d. 14 folhas. Mestranda do programa de pós- graduação em História da UFJF.

FERREIRA. A Nova "Velha História": O Retorno da História Política, s.d. 6 folhas. Doutora em História. Professora adjunta do Departamento de História da UFRJ e pesquisadora do CPDOC/FGV.

LEITÃO. Deusdedit. São José de Piranhas: notas para sua história. João Pessoa: governo do estado da Paraíba, 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo. Contexto. 2007.

MELO, José Octávio de Arruda, Wilson Braga: Um Capítulo da História Eleitoral da Paraíba. In. **Poder e Política na Paraíba: uma Análise das Lideranças (1960-1990)**, A UNIÃO, João Pessoa, 1993.

O piranhence. Jornal da prefeitura de São José de Piranhas. Ano I. Nº 04 jun/jul, 2004.

RÉMOND. René. Por Que A História Política? s.d. 10 folhas. Transcrição da conferência pronunciada por René Rémond, traduzida por Anne-Marie Milon Oliveira.

VIEIRA. José Marconi Gomes. São José de Piranhas: ARENA versus MDB (1965-1982). João Pessoa: F & A. 2008.

VIEIRA. José Marconi Gomes. São José de Piranhas: Eleições e Partidos Políticos (1947-1964). / José Marconi Gomes Vieira. João Pessoa: F & A.2006.